

ATA da Reunião Ordinária virtual do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/MA realizada em 20 de janeiro de 2026, pelo link <https://meet.google.com/tny-ojmw-hiw>.

No dia 20 de janeiro do ano de 2026, o CONSEA/MA realizou sua reunião plenária ordinária mensal do referido mês de janeiro de forma virtual, por causa da indisponibilidade de diárias para as e os conselheiros/os do interior se deslocarem para o CSU-Vinhais, situado na Capital do Estado. E reunião foi realizada através da plataforma google-meet pelo link do CONSEA <https://meet.google.com/tny-ojmw-hiw> e contou com a participação das e dos seguintes conselheiros/os: **ASP-MA** - Jean Marie A. E. Van Damme (T e Presidente); **AEMP** - Janete Araújo Amorim (T); **Ação da Cidadania** –Márcia Regina Cutrim de Carvalho (T); **ASA-MA** - Edna Maria Alves Rodrigues Sousa (T); **TIJUPÁ** – Carlos Antônio Bonfim Pereira (T); **CNBB** - Maria das Graças Araújo Santos (T); **CMP** - Darlúcia Silva de Sá (S); **Clube de Mães de Pindoba** - Maria da Conceição de Almeida Ferreira Patrício (T e Secretária Geral); **CENTRO NEGRO COSME** - Maria do Rosário Silva Rodrigues (T); **CCN** - Josanira Rosa Santos Luz (T); **CEBs** – Audecy Maria Rodrigues Ferreira (T) e Maria do Carmo Mendes (S); **CEPRODC** - Francisco das Chagas Sousa (T); **IASD** - Ivaniide Soares Santos (S); **MNPR** - José de Ribamar Araújo Marques (T) e Arivaldo Leite de Souza Júnior (S); **SEDES** - Luís Fernando Amorim Pereira (T e Secretário Executivo) e Pedro Henrique Laerte Santos (S); **SAF** - Ana Cleide Teixeira Barros (T); **SES** - Leudimar Carvalho Soares Filho (T); **SETRES** – Rosemeire Rabelo Moreira (S); **SEIR** - Maria do Socorro Guterres (S); **SEDUC** - Diana Messala Pinheiro da Silva Monteiro (T); **SEDIHPOP** - Kelly dos Santos Araújo (T); **MDA** –Vicente Carlos de Mesquita Neto (S). Ainda participaram Luana Carolina (secretaria do CONSEA), Fabiola Diniz (técnica da CAISAN) e Sérgio Belmiro - SAGRIMA. A FETAEMA (Lígia) pediu justificar a sua ausência. Na pauta constavam os seguintes itens: Encaminhamento das Nomeações do mandato (2026/2028); Apreciação de novas adesões; Plataforma de permanência; Proposições de Alteração do decreto 7272/2010; Apreciação ata de dezembro; Programação janeiro e fevereiro de 2026; Outros assuntos pertinentes. Constatada quórum de abertura e de deliberação, às 14.00 horas, o presidente fez a abertura dando as boas-vindas aos presentes e desejando-lhes ainda um próspero ano novo. Na leitura da pauta foram eliminados alguns itens que constavam na convocatória. Não havia processos de novas adesões a serem apreciadas, nem o texto com as proposições de alteração no Decreto Federal 7272/2010 foi encaminhado pelo CONSEA Nacional. Foram acrescentados os seguintes assuntos: Relatório da VI+4 CESAN; Minuta de resolução da CAISAN Nacional sobre Compras Institucionais; Informes. **1. Informes**. Jean Marie Van Damme informou que a Campanha da Fraternidade de 2026 (CF-2026) trata da questão da Moradia, com destaque para a população

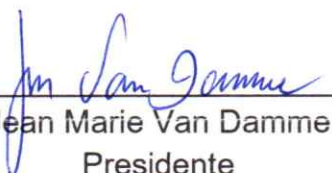
em situação de rua e agradeceu ao conselheiro José Marques pela divulgação no grupo de WhatsApp. Francisco das Chagas comentou que foi feito um repasse da Campanha da Fraternidade para as paróquias da região do baixo Parnaíba, com a presença de 14 das 21 paróquias, onde o tema da moradia foi abordado, ressaltando que a questão habitacional na região ainda é um grande descaso. Jean Marie ofereceu-se para disponibilizar a apresentação em PowerPoint da primeira parte do texto base da Campanha da Fraternidade, que ele apresentou em um seminário em novembro. Darlúcia falou de um movimento pró-Venezuela e contra a invasão dos EUA que terá reuniões estaduais e a realização em 2026 do Congresso das Mulheres da CMP (Central dos Movimentos Populares) no mês de março em Brasília. O foco da conferência é a violência contra a mulher. Janete noticiou a realização da 6ª Conferência Nacional das Cidades, que ocorrerá nos dias 24 e 27 de fevereiro do corrente ano na Capital Federal. O tema dos debates será a questão da moradia com a proposição de nova programação para a habitação popular. Concita falou da sua reeleição como presidente do Clube de Mães da Pindoba, a execução de um projeto de construção de 50 casas do Minha Casa Minha Vida Rural e o Ministério tinha autorizado mais 50 casas. Os cadastros são destinados a agricultores e filhos de agricultores. Uma força-tarefa emitiu o CAF, documento exigido para inscrição no projeto. O retorno do PAA em Paço do Lumiar, que estava em recesso para ajustes na quantidade de produtos, trouxe algumas modificações. O Clube de Mães estava concorrendo ao PNAE do município de Paço do Lumiar com 57 agricultores. O resultado da concorrência sai no dia 27 de janeiro, inclusive com um novo edital. Em Peritoró foram visitados os Quilombos de São Bento do Juvenal e outros. Manifestou sua preocupação com os cadastros do PAA quilombola que disponibilizou apenas 12 vagas e abriu inscrições para não-quilombolas, levantando dúvidas sobre o critério de seleção para um PAA específico para quilombolas. O Clube de Mães da Pindoba ainda tem uma política de proteção de crianças, adolescentes e adultos vulneráveis e necessita atualizar essa política até o mês de maio. Convidou o conselho para enviar conselheiros para colaborar nesse processo. Ana Cleide perguntou qual era a modalidade do PAA Quilombola ao qual Concita tinha feito referência e Concita respondeu que o projeto era direto com o Ministério. **2. PAA-Estado.** A representante da SAF, Ana Cleide, tinha solicitado incluir este assunto na pauta e passou as seguintes informações. Explicou que havia solicitado um período de férias, durante o qual tratou da sua saúde e lembrou que na última reunião de novembro apresentou os critérios de inserção de municípios, informando que o critério de adesão ao SISAN sozinho não era mais suficiente e que passariam a usar o indicador do CADESAN para a seleção de municípios. Encaminhou um relatório que indica o número de famílias em risco alimentar nos municípios do Maranhão para CONSEA. Solicitou ao setor jurídico da SAF a revogação do resultado publicado dos editais quilombola e indígena, pois não estava de acordo com o combinado e a lógica de selecionar os municípios com maior número de famílias em situação de risco. Pediu que fosse desconsiderar o resultado anterior. Mencionou que os municípios de Zé Doca, Araganã, Centro Novo e Montes Altos não demonstraram interesse em executar a proposta indígena. As propostas destes municípios, não foram aprovadas devido a contradições entre as informações fornecidas pelos municípios e as coletadas pelo Pacto do Seio Betinho, que exige o cadastramento de grupos como os indígenas na proposta. Ana Cleide finalizou enfatizando que os municípios que têm população

indígena não podem desconsiderá-los. Se o município se recusar a trabalhar com eles, não se inscrevam no Programa. A equipe de coordenação geral é quem está analisando as propostas e determinando as adequações necessárias. No período das chuvas, a produção de alimentos no estado tende a diminuir, apenas se mantém a produção de frutas nativas. Um novo aporte de recurso, no valor de R\$ 4.696.872,94 para uma proposta geral que envolve todas as categorias de agricultores familiares. Sua execução se dará em 2026. Fabiola Diniz acrescentou que as cozinhas solidárias são eventuais compradoras desta produção e que, além de São Luís, há um banco de alimentos em Imperatriz para onde pode ser encaminhada a produção. Ana Cleide ressaltou a necessidade de priorizar municípios que não foram contemplados na portaria mais recente ao fazer a distribuição de recursos, considerando critérios como adesão, o indicador do CADESAN e o número de famílias em situação de risco. Confirmou que seriam priorizados também municípios com cozinhas solidárias como receptoras de doações, além de unidades prisionais para doação de alimentos. Ana Cleide enfatizou que era preciso retornar às unidades prisionais. Estava no aguardo de contato com o delegado do interior, mas se a alimentação continua terceirizada, isso influenciará a resposta ao ofício do MDS sobre a inclusão dessas unidades nas doações do PAA. A pedido do MDS ainda apresentou uma experiência da SAF na execução do PAA, abrangendo o PAA Quilombola e o PAA Indígena do Estado. Na apresentação que fez, o ICMB pleiteou a inclusão de unidades de conservação no programa. O MDS liberou recursos através de duas portarias, a 216 e a 242, que totalizam R\$ 2,5 milhões. Ela conseguiu autorização ainda informal do MDS para publicar um único edital, apesar de o recurso estar dividido em duas portarias e necessitar, portanto, da elaboração de planos operacionais distintos. Há necessidade de formalizar essa autorização via ofício. Aguardava ainda definição do MDS sobre a execução do PAA em áreas de conservação, que atenderia aos municípios de Mirinzal, Icaú, Humberto de Campos, Chapadinha, Cideiândia, Bequimão e Cururupu, que possuem unidades de conservação assistidas pelo ICMB. Fabiola Diniz e Jean Marie levantaram a questão do número de cozinhas solidárias em funcionamento no Maranhão. Concita da Pindoba interveio para informar que o estado possui cerca de 22 cozinhas solidárias, algumas em fase de análise e outras já em funcionamento. O PAA precisa fornecer a estas cozinhas. Na Pindoba, funciona a Cozinha Reviver. Informou que o Selo Betinho está acompanhando 24 municípios e nenhum deles assinou o contrato de adesão ao PAA ainda. O Selo Betinho investiga as exigências do MDS para fazer sua pontuação. Vitória do Mearim e São Luís se recusam a receber a equipe de articuladores do Seio. Nós do Seio Betinho desejamos que pelo menos cinco dos municípios estejam aptos a receber a aprovação do Selo, que é feita pelos avaliadores no Rio de Janeiro a partir das informações coletadas *in loco* pelos articuladores e um município não teve nenhum avanço na adesão ao SISEAN, trata-se de Monção. Ana Cleide reforçou que município que se recusar a trabalhar com os povos indígenas, será automaticamente desclassificado para o PAA apresentado. José Marques voltou a tratar das Cozinhas Comunitárias e Solidárias, informando que teve oportunidade de estar num evento em 2023 com a participação de Gilberto Carvalho, na época Secretário de Economia Solidária do Governo Federal. No Maranhão existem apenas duas cozinhas comunitárias – Bairro Bequimão em São Luís e Marudá em Aicântara, que contam com recursos do Banco do Brasil. As Cozinhas Solidárias podem obter financiamento do MDS. Elas se

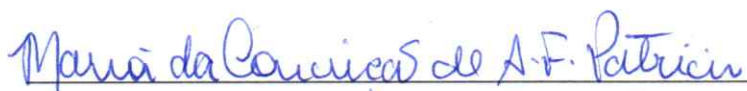


destinam para as periferias sociais e muitas organizações sem CNPJ já fazem este trabalho. Não tendo este cadastro, no entanto, não têm como acessar os recursos, precisando de uma instituição que as ampare e as represente. No decorrer do ano de 2024, várias entidades fizeram sua inscrição no Programa. Somente 16 cozinhas foram selecionadas e menos ainda (apenas quatro) habilitadas, por causa de declaração das entidades reconhecidas pelo MDS. Entre estas cozinhas figura o Solar Firmina dos Reis do MST. A Cozinha Solidária do IAFFA (Instituto de Apoio à Família e ao Futuro da Amazônia), localizada em São Luís, é de iniciativa de Rodrigo Comerciaro. No entanto, nenhuma cozinha está fornecendo refeições para a população em situação de rua. Como estas cozinhas recebem bastante recursos federais (em torno de R\$ 196.000,00), sugeriu solicitar relatório sobre a execução destes recursos. A proposta nacional é de ampliar o número de cozinhas solidárias e os recursos disponíveis para este Programa pelo MDS. O INRUA - Instituto Nacional de Defesa dos Direitos da População em situação de Rua, atua na promoção da segurança alimentar através da gestão e parceria em cozinhas solidárias, com foco principal em Curitiba (PR), mas integrado a redes nacionais. Essas cozinhas visam fornecer alimentação digna, gratuita e de qualidade para pessoas em situação de rua, muitas vezes entregando refeições prontas (marmitas/quentinhas). Administra oito cozinhas no Brasil e cogita implantar uma também no Maranhão. Concita da Pindoba se comprometeu a colocar no grupo de WhatsApp a lista atualizada das Cozinhas Solidárias no Maranhão. **3. Plataforma ADESAN.** O presidente informou que de todos os municípios aprovados em dezembro, a Resolução correspondente já tinha sido anexado na Plataforma. Não havia processos de novas adesões para a Comissão do SISAN fazer análise. **4. Fórum Intergestores de Pactuação – FIP.** Jean Marie apresentou a proposta da CAISAN Nacional de criar o Fórum Intergestores de Pactuação Federativa do SISAN, instância de transição para criar uma Comissão Tripartite do SISAN, a exemplo de que existe no SUS e no SUAS. O FIP-SISAN já está sendo articulado em três instâncias: o Pleno dos Presidentes das CAISANs Estaduais, o Grupo Técnico e um Grupo de Trabalho de Pactuação. A proposta foi apresentado na penúltima reunião da CPCE em dezembro para contribuições dos Estados. Luís Fernando sugeriu que a proposta fosse discutida na Comissão de SISAN e a partir de seu parecer o Pleno poderia emitir a sua deliberação. A proposta de Luís Fernando foi aprovada. **5. Alterações no Decreto 7272/2010.** Jean Marie colocou que na reunião do CONSEA Nacional foi apresentada uma proposta de alteração do Decreto 7272/2010, porém não houve repasse do texto com as alterações em debate. **6. Minuta “Compras Institucionais”.** A CAISAN Nacional colocou uma minuta de Protocolo Intersectorial de Compras Públicas da Agricultura Familiar no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) para debate pela sociedade e os CONSEAs. A Minuta será postada no grupo do CONSEA, vista a impossibilidade de fazer a leitura e a discussão nesta reunião virtual. Ficará a disposição para eventuais sugestões, a serem apresentadas na próxima reunião do CONSEA (10 de fevereiro). **7. Nomeações para o próximo mandato.** Josanira informou que todos os ofícios das entidades da sociedade civil eleitas para o próximo mandato, já foram enviados para a secretaria do CONSEA. Luís Fernando entrou em contato com oito secretarias através do SEI, das quais quatro já encaminharam respostas com suas respectivas representações: SEDES, SEDUC, SES e SETRES. Duas secretarias, que estavam presentes na reunião – SEIR e SAF – se

comprometeram a agilizar a indicação de seus representantes. Um novo contato deverá ser feito com SAGRIMA e SEDIHPOP, visto que Kelly não estava online no momento. Das quatro outras instituições, o MDA, presente na reunião, irá agilizar a indicação. Luís Fernando pediu para que a secretaria do CONSEA reforçasse a solicitação para FAMEM, CONAB e FCP. **8. Editais do PNAE.** Diana (SEDUC) informou que a partir do dia 23 de janeiro, o Edital para a compra da Agricultura Familiar pelo PNAE Estadual, estará disponível e pediu para que CONSEA, FMSAN e entidades ajudassem na sua divulgação. Jean Marie respondeu que pode ser divulgado através dos grupos de WhatsApp da CPCM e dos vários grupos de SiSAN. Carlos sugeriu sua publicação no site da SEDUC. **9. Próxima reunião.** Baseado na informação de Luís Fernando que dificilmente haverá disponibilidade de diárias para conselheiros virem para São Luís em fevereiro, o Pleno decidiu realizar a próxima reunião ordinária novamente de forma virtual, no dia 10 de fevereiro. A viagem programada para Itaipava depende da disponibilização de carro com tração pela SEDES, o que até o presente momento não ocorreu. O monitoramento, também já com diárias emitidas, por conta da mesma condição – ter carro disponível – deve ocorrer após o período de Carnaval, somente no mês de março. Ivanilde falou desejando ser incluída nas próximas viagens de monitoramento. Jean Marie explicou que com o próximo mandato, um novo calendário para 2026 será apresentado e que as/os conselheiros/as, como no começo de 2025, terão oportunidade de se colocar a disposição para as viagens de monitoramento. **10. Apreciação da Ata de dezembro.** Posta em votação, a ata da reunião ordinária do mês de dezembro (16/12) foi aprovada, com uma correção a ser feita sobre os municípios com Resolução de aprovação na Plataforma ADESAN. Finalizada a pauta às 17.00 horas, o presidente deu por encerrada a reunião e eu, Jean Marie Van Damme, presidente do CONSEA/MA lavei a presente ata, que deve ser lida, emendada e corrigida pelos participantes e apreciada na próxima reunião ordinária do mês de fevereiro.



Jean Marie Van Damme
Presidente



Maria da Conceição de Almeida Ferreira Patricio
Secretária Geral



Luiz Fernando Amorim
Secretário Executivo